

# Quadro de Participação Brasileira em Operações de Paz e de Desminagem Humanitária

Atualizado até 30 de junho de 2024

ORD	ANO/PERÍODO	MISSÃO	MB	EB	FAB	PM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA
1	Out 47 - Dez 49	<b>UNSCOB (Grécia)</b>	1	1	1	0	O Brasil participou do Comitê Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB), criado em outubro de 1947 por Resolução da Assembleia-Geral da ONU, para cooperar com as autoridades regionais no problema dos refugiados e monitorar a situação na fronteira entre a Grécia - em guerra civil - e a Albânia, a Bulgária e a Iugoslávia. A UNSCOB possuía as características das missões de observação, contudo, seus integrantes eram considerados representantes de seus respectivos países de origem, reportando-se diretamente à Assembleia Geral e não ao Secretário-Geral. O Brasil contribuiu com três oficiais (um Capitão-Tenente da Marinha do Brasil, um Capitão do Exército Brasileiro e um Capitão da FAB) no período de 1948 a 1949. Um diplomata e um General brasileiros integraram a Comissão de Investigação da ONU que avaliou os motivos do conflito. É importante ressaltar que, apesar da estrutura empregada ser bastante similar. Esta Operação não é considerada uma Missão de Paz das Nações Unidas.
2	Jan 57 - Jun 67	<b>UNEF I (Egito -Sinai e Faixa de Gaza)</b>	0	6.300	0	0	A UNEF I foi a primeira experiência das Forças Armadas Brasileiras com contingente em missão de paz das Nações Unidas. Representou uma inovação significativa com a realização de voos regulares de apoio da Força Aérea Brasileira para o Egito com aeronaves B-17 Flying Fortress e C-54 Skymaster. O Brasil participou com um batalhão de Infantaria de aproximadamente 600 homens (o chamado Batalhão Suez). Não foi uma operação de imposição da paz, como previsto no artigo 42 da Carta das Nações Unidas, mas uma operação de manutenção da paz a ser realizada com o consentimento e a cooperação das partes em conflito. As unidades estavam armadas, mas deveriam usar suas armas apenas em autodefesa e, mesmo assim, com a maior moderação. Suas principais funções eram supervisionar a retirada das três forças de ocupação (França, Reino Unido e Israel) e, após a retirada, atuar como um intermediário entre as forças egípcias e israelenses e fornecer supervisão imparcial do cessar-fogo. na Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I).
3	Jul 60 - Jun 64	<b>ONUC (Congo - Atual RDC)</b>	0	0	179	0	A ONUC foi criada em julho de 1960 para garantir a retirada das forças belgas, para auxiliar o governo na manutenção da lei e da ordem e fornecer assistência técnica. A função da ONUC foi posteriormente modificada para incluir a manutenção da integridade territorial e a independência política do Congo, prevenindo a ocorrência de guerra civil e garantindo a remoção de todos os militares estrangeiros, paramilitares, assessores que não estavam sob o Comando das Nações Unidas, além de todos os mercenários em território congolês. O Brasil cedeu tripulações e pessoal de terra para operar aviões de transporte C-47 Douglas e helicópteros H-13 Chicasaw. A exitosa campanha dos aeronavegantes brasileiros foi internacionalmente reconhecida.
4	Ago 62 - Set 62	<b>UNSF (Nova-Guiné)</b>	0	2	0	0	A UNSF foi estabelecida em outubro de 1962 para manter a paz e a segurança no território sob a Autoridade Executiva Temporária das Nações Unidas estabelecida por acordo entre a Indonésia e a Holanda. A UNSF monitorou o cessar-fogo e ajudou a garantir a lei e a ordem durante o período de transição, aguardando a transferência para a Indonésia. Dois observadores militares brasileiros provenientes do Batalhão Suez foram enviados para a Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental / Irian Ocidental (UNSF).
5	Mai 65 - Set 66	<b>FIP (República Dominicana)</b>	810	2.520	0	0	A Força Interamericana de Paz (FIP) foi estabelecida por Resolução da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 6 de maio de 1965, para colaborar na restauração da normalidade na República Dominicana. Para atender a resolução da OEA, o Brasil organizou o Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRÁS), com um Batalhão do Exército (840 homens) e um Grupamento de Fuzileiros Navais (aprox. 270 homens).
6	Mai 65 - Out 66	<b>DOMREP (República Dominicana)</b>	0	1	0	0	Estabelecida de maio de 1965 a outubro de 1966, a DOMREP tinha por missão observar a situação e informar infrações do cessar-fogo entre duas facções contrárias na República Dominicana. O Brasil enviou um coronel do EB que exerceceu a função de assessor militar na DOMREP.
7	Nov 65 - Mar 66	<b>UNIPOM (Índia e Paquistão)</b>	2	6	2	0	A UNIPOM foi estabelecida em setembro de 1965 para supervisionar o cessar-fogo ao longo da fronteira Índia-Paquistão, exceto no Estado de Jammu e Caxemira, e a retirada de todo o pessoal armado para as posições por eles ocupadas antes de 5 de agosto de 1965. Após a retirada das tropas pela Índia e o Paquistão a Missão foi encerrada. O Brasil cedeu observadores militares para a Missão de Observação das Nações Unidas na Índia e Paquistão (UNIPOM) para atuarem na fronteira entre esses dois países após o cessar-fogo da guerra de 1965.
8	Jan 89 - Mai 91	<b>UNAVEM - I (Angola)</b>	2	14	0	0	Estabelecido em 20 de Dezembro de 1988 para verificar a redistribuição das tropas cubanas para o norte e a sua retirada faseada e total do território de Angola de acordo com o calendário acordado entre Angola e Cuba. A retirada foi concluída em 25 de maio de 1991 - mais de um mês antes da data prevista. O Brasil contribuiu com observadores militares para o primeiro mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM-I).
9	Abr 90 - Jan 92	<b>ONUCA (Honduras, Nicarágua, Guatemala, El Salvador e Costa Rica)</b>	16	18	0	0	A ONUCA foi estabelecida para verificar o cumprimento, por parte dos governos de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, dos compromissos adotados para pôr fim à ajuda aos movimentos insurretos e impedir que os territórios desses países fossem utilizados como base para o lançamento de ataques contra outros estados. De 1989 a janeiro de 1992, o Brasil contribuiu com observadores militares para o Grupo de Observação das Nações Unidas na América Central.

(continua)

ORD	ANO/PERÍODO	MISSÃO	MB	EB	FAB	PM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA
10	Mai 91 - Fev 95	<b>UNAVEM – II (Angola)</b>	5	72	0	39	A UNAVEM II foi criada em maio de 1991 para verificar os acordos entre o governo de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), para monitorar o cessar-fogo e a polícia angolana durante o período de cessar-fogo, e para observar e verificar as eleições, de acordo com os Acordos de Paz. O Brasil continuou contribuindo para a nova missão em Angola, UNAVEM II, com observadores militares e, posteriormente, com uma equipe médica de 14 militares integrada por médicos e enfermeiros.
11	Jun 91 - Abr 95	<b>ONUSAL (El Salvador)</b>	3	48	12	16	A ONUSAL foi criada em julho de 1991 para verificar a implementação de todos os acordos entre o Governo de El Salvador e a <i>Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN)</i> , incluindo um cessar-fogo e medidas relacionadas, reforma e redução das forças armadas, criação de uma nova força policial, reforma dos sistemas judiciário e eleitoral, direitos humanos, posse da terra e outras questões econômicas e sociais. O Brasil contribuiu com observadores militares e uma equipe médica para a Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL).
12	Ago 92 - Dez 95	<b>UNPROFOR (Ex-Iugoslávia)</b>	37	47	24	17	Inicialmente estabelecido na Croácia para garantir a desmilitarização de áreas designadas. O mandato foi posteriormente estendido à Bósnia e Herzegovina para apoiar a entrega de ajuda humanitária, monitorar "zonas de exclusão aérea" e "áreas seguras". O mandato foi posteriormente alargado à Antiga República Iugoslava da Macedônia para monitorização preventiva nas zonas fronteiriças. O Brasil enviou observadores militares para a Força de Proteção das Nações Unidas na Ex-Iugoslávia (UNPROFOR).
13	Jan 93 - Dez 94	<b>ONUMOSZ (Moçambique)</b>	7	207	2	67	A ONUMOSZ foi criada para ajudar a implementar o Acordo Geral de Paz, assinado pelo Presidente da República de Moçambique e pelo Presidente da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). O mandato incluía facilitar a implementação do Acordo; monitorar o cessar-fogo; monitorar a retirada de forças estrangeiras e fornecer segurança nos corredores de transporte; prestar assistência técnica e acompanhar todo o processo eleitoral. O Brasil contribuiu com observadores militares na Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOSZ). No período de junho a dezembro de 1994, o Exército manteve na missão uma companhia de pára-quedistas reforçada (170 homens) e a Operação da ONU contou com um <i>Force Commander</i> Brasileiro.
14	Ago 93 - Set 94	<b>UNOMUR (Uganda e Ruanda)</b>	3	7	3	0	A UNOMUR foi criada para monitorar a fronteira entre Uganda e Ruanda e verificar se nenhuma assistência militar estava sendo fornecida através dela. Embora a trágica reviravolta dos acontecimentos em Ruanda em abril de 1994 tenha impedido a UNOMUR de implementar plenamente seu mandato, a Missão desempenhou um papel útil como mecanismo de fortalecimento da confiança. UNOMUR foi oficialmente fechado em 21 de setembro de 1994. O Brasil cedeu dez observadores militares e uma equipe médica com três militares na Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda (UNOMUR).
15	Set 93 - Nov 93	<b>UNOMIL (Libéria)</b>	0	3	0	0	A UNOMIL foi criada para fornecer escritórios em apoio aos esforços da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental e do Governo Nacional de Transição da Libéria para implementar acordos de paz; investigar supostas violações do cessar-fogo; auxiliar na manutenção de locais de reunião e desmobilização de combatentes; apoiar a assistência humanitária; investigar violações de direitos humanos; e ajudar grupos locais; e observar e verificar as eleições. O Brasil cedeu observadores militares da UNAVEM II para servir na Operação das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL).
16	Out 94 - Dez 00	<b>MINUGUA (Guatemala)</b>	0	40	3	41	A Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala – a missão de paz dentro da missão civil e humanitária MINUGUA – foi estabelecida em janeiro de 1997 para verificar o Acordo de Cessar-Fogo Definitivo entre o Governo da Guatemala e a <i>Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG)</i> . O Brasil cedeu observadores militares para supervisionar o aquartelamento e desmobilização da guerrilha guatemalteca.
17	Desde Ago 95	<b>UNFICYP (Chipre)</b>	0	69	0	1	O Conselho de Segurança (CS) da ONU estabeleceu originalmente a UNFICYP em 1964 para evitar mais combates entre as comunidades cipriotas grega e turca. Depois das hostilidades de 1974, o CS instruiu, via Mandato, outras tarefas adicionais. Na ausência de uma solução política para o problema de Chipre, a UNFICYP encontra-se na ilha para monitorar linhas de cessar-fogo, manter uma zona de separação, realizar atividades humanitárias e apoiar a missão dos escritórios do Secretário-Geral. O Brasil integrou o batalhão argentino com dois militares na Força das Nações Unidas no Chipre (UNFICYP) de 1995 a 2004. Em 2005, a participação brasileira passou para 1 (um) militar integrando o Batalhão Argentino, na função de MOLO ( <i>Military Observer and Liaison Officer</i> ), vindo a contar, ainda, com a participação de um <i>Staff Officer</i> na Função de U5 Plans do UNFHQ em Nicosia e, posteriormente, a partir de maio de 2024, com um policial (UNPOL).
18	Mai 95 - Jan 96	<b>UNCRO (Croácia)</b>	0	2	0	0	Constituída, entre outras coisas, para desempenhar as funções previstas no acordo de cessar-fogo de 29 de março de 1994; facilitar a implementação do acordo econômico de 2 de Dezembro de 1994; monitorar a travessia de militares, equipamentos, suprimentos e armas nas fronteiras internacionais especificadas; facilitar a assistência humanitária à Bósnia e Herzegovina através do território da Croácia; e acompanhar a desmilitarização da península de Prevlaka. O Brasil contribuiu com observadores militares na Operação de Restauração da Confiança das Nações Unidas na Croácia (UNCRO).
19	Mar 95 - Jun 99	<b>MOMEPE (Equador e Peru)</b>	4	153	4	0	A Missão de Observadores Militares Equador - Peru (MOMEPE) foi criada em 10 de março de 1995 por meio da "Definição de procedimentos acordada entre as partes e os países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942", com o objetivo de solucionar o conflito fronteiriço entre o Peru e Equador. Essa missão teve duração aproximada de quatro anos e quatro meses e foi concluída, com pleno êxito, em 30 de junho de 1999. Pelo acordo de paz ficou estabelecido que a demarcação da fronteira e a desminagem da região ficariam a cargo de Peru e Equador, que contariam com o apoio dos países garantes e outros que se prontificaram a colaborar com a difícil tarefa. A MOMEPE cumpriu as missões contidas na Declaração de Procedimentos MOMEPE II, as inerentes ao Acordo de Quito e as relativas à verificação da desminagem, associada à demarcação da fronteira equatoriana-peruana. O Brasil teve sua participação com coordenadores-gerais, observadores militares e integrantes do Grupo de Apoio.

ORD	ANO/PERÍODO	MISSÃO	MB	EB	FAB	PM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA
20	Mar 95 - Fev 99	<b>UNPREDEP (Macedônia)</b>	0	5	3	0	Criada em 31 de março de 1995 para substituir a UNPROFOR na antiga República Iugoslava da Macedônia. O mandato do UNPREDEP permaneceu essencialmente o mesmo: monitorar e relatar quaisquer desenvolvimentos nas áreas fronteiriças que pudessem minar a confiança e a estabilidade na Antiga República Iugoslava da Macedônia e ameaçar seu território. O Brasil cedeu observadores militares à Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas na Ex-Iugoslávia de Macedônia (UNPREDEP).
21	Fev 95 - Jul 97	<b>UNAVEM – III (Angola)</b>	760	3395	18	32	Estabelecido para ajudar o Governo de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) a restaurar a paz e alcançar a reconciliação nacional com base nos Acordos de Paz para Angola, assinados em 31 de Maio de 1991, o Protocolo de Lusaka assinado em 20 de Novembro 1994, e resoluções relevantes do Conselho de Segurança. O Brasil contribuiu com um Batalhão de Infantaria, uma Companhia de Engenharia, dois postos de saúde avançados, oficiais do Estado-Maior e observadores militares para a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III (UNAVEM III).
22	Jan 96 - Jan 98	<b>UNTAES (Eslavônia Oriental)</b>	3	6	5	0	Estabelecida com componentes militares e civis para, entre outras coisas, supervisionar e facilitar a desmilitarização; monitorar o retorno dos refugiados; contribuir para a manutenção da paz e da segurança; estabelecer uma força policial temporária; desempenhar tarefas relacionadas com a administração civil e os serviços públicos; organizar eleições; e realizar outras atividades relevantes para o Acordo Básico. A UNTAES concluiu seu mandato em janeiro de 1998, tendo cumprido seu objetivo principal de reintegrar pacificamente a Eslavônia Oriental, Baranja e Sirmium Ocidental na Croácia. O Brasil participou com observadores militares na Administração Transitória das Nações Unidas na Eslavônia Oriental (UNTAES).
23	Jan 96 - Dez 02	<b>UNMOP (Península de Prevlaka)</b>	1	4	5	0	A UNMOP foi criada em fevereiro de 1996 para substituir a Operação de Restauração da Confiança das Nações Unidas (UNCRO) com a tarefa de monitorar a desmilitarização da península de Prevlaka, uma área estratégica disputada pela Croácia e pela República Federativa da Iugoslávia. Após a conclusão bem sucedida do seu mandato, a Missão foi encerrada em dezembro de 2002. O Brasil participou com observadores militares na Missão das Nações Unidas na Península da Prevlaka (UNMOP).
24	Set 96 - Mai 10	<b>MARMINCA (Honduras, Nicarágua, Guatemala e Costa Rica)</b>	48	92	0	0	Em 10 de outubro de 1994, surgiu a Missão de Assistência para a Remoção de Minas em Honduras (MARMHON), com o objetivo de preparar os sapadores locais, organizar o sistema de desminagem, realizar reconhecimentos das áreas minadas e conscientizar a população civil quanto ao perigo representado pelas minas terrestres. Em maio de 1996 iniciou-se o trabalho de desminagem na República da Nicarágua. A partir de então, a MARMHON evoluiu para Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (MARMINCA), cujas frentes de trabalho expandiram-se depois para Costa Rica e Guatemala (país que também foi afetado por conflitos similares). Em 2002, foram finalizados os trabalhos na Costa Rica; em 2004, em Honduras; e, em 2005, na Guatemala. Na Nicarágua, a missão foi finalizada em 2010. O Brasil participou na Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central (MARMINCA) sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA) com uma equipe de supervisores de desminagem.
25	Jun 97 - Fev 99	<b>MONUA (Angola)</b>	4	60	3	16	A MONUA foi criada em 30 de Junho de 1997 para ajudar as partes angolanas a consolidar a paz e a reconciliação nacional, reforçar a construção da confiança e criar um ambiente propício à estabilidade a longo prazo, ao desenvolvimento democrático e à reabilitação do país. O Brasil contribuiu com observadores militares, oficiais de Estado-Maior e um Posto de Saúde na Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA). O Posto de Saúde (45 militares) atendia a tropa brasileira em Luena durante a UNAVEM III e após o encerramento dessa missão prosseguiu na MONUA, permanecendo nessa missão 8 meses após o seu encerramento (até Out 99).
26	Nov 97 - Nov 98	<b>UNSCOM (Iraque)</b>	0	6	0	0	A Comissão Especial das Nações Unidas ( <i>United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission - UNSCOM</i> ) foi um regime de inspeção criado pela Organização das Nações Unidas para garantir o cumprimento do Iraque com as políticas relativas à produção e uso de armas de destruição em massa após a Guerra do Golfo. O Brasil participou com 6 oficiais especialistas.
27	Jun 99 - Abr 00	<b>UNAMET (Timor Leste)</b>	1	4	0	0	A Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET) foi criada em 31 de agosto de 1999, para organizar e conduzir uma votação popular, direta e universal, a fim de verificar se o povo timorense aceitava o quadro constitucional proposto que previa uma autonomia especial para o Timor Leste em relação à Indonésia, de acordo com o Acordo Geral de 5 de maio de 1999 alcançado pelos Governos da Indonésia e Portugal e as Nações Unidas. O Brasil participou com oficiais de ligação na UNAMET.
28	Set 99 - Out 99	<b>INTERFET (Timor Leste)</b>	0	51	0	0	De acordo com a Resolução nº 1264, de 25 Set 99, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) autorizou o estabelecimento de uma Força Multinacional – Força de Intervenção no Timor Leste (INTERFET) - com o propósito de restaurar a paz e a segurança no Timor Leste, proteger e apoiar a UNAMET no desempenho de suas atividades e facilitar as operações de assistência humanitária. Ao Brasil, quando da chegada do seu pelotão no Timor Leste, coube a missão de segurança de instalações, segurança de autoridades, perícias e, posteriormente, em função da capacitação da tropa brasileira, a missão de ser empregado em controle de distúrbios.

ORD	ANO/PERÍODO	MISSÃO	MB	EB	FAB	PM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA
29	Out 99 - Ago 02	<b>UNOA (Angola)</b>	0	3	0	0	O Escritório das Nações Unidas em Angola (UNOA) foi criado em 15 de Outubro de 1999, para articular com as autoridades políticas, militares, policiais e outras autoridades civis, com vista a explorar medidas eficazes para o restabelecimento da paz, auxiliando o povo angolano na área de construção de suas capacidades, assistência humanitária, promoção dos direitos humanos e coordenação de outras atividades. O Brasil cedeu três oficiais para exercer a função de estado-maior.
30	Out 99 - Mai 02	<b>UNTAET (Timor Leste)</b>	0	378	0	25	A 30 de Agosto de 1999, o povo de Timor-Leste votou por escrutínio direto, secreto e universal para iniciar um processo conducente à independência. A UNTAET foi criada em 25 de Outubro de 1999 para administrar o Território, exercer a autoridade legislativa e executiva durante o período de transição e apoiar a capacitação para o autogoverno. O Timor Leste tornou-se um país independente em 20 de maio de 2002. Também nesse dia, a UNTAET foi sucedida pela Missão de Apoio das Nações Unidas em Timor Leste (UNMISSET). O Brasil participou com observadores militares, pessoal de Estado-Maior e um pelotão de Polícia do Exército com 51 militares (posteriormente foi aumentado para 70).
31	Ago 02 - Mar 03	<b>UNMA (Angola)</b>	0	3	0	0	A Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA) foi estabelecida em 15 de Agosto de 2002 como uma missão de seguimento do Escritório das Nações Unidas em Angola (UNOA) para ajudar as partes a concluir o Protocolo de Lusaka e apoiar o Governo de Angola nas áreas de direitos humanos, recuperação econômica e desenvolvimento. O Brasil contribuiu com três militares para compor a assessoria militar do Escritório de Representação das Nações Unidas em Angola (UNOA). Por ocasião da criação da Missão de Assistência das Nações Unidas (UNMA), esses militares continuaram os seus trabalhos em Angola como oficiais de ligação da ONU.
32	Mai 02 - Mai 05	<b>UNMISSET (Timor Leste)</b>	10	478	2	12	Timor Leste tornou-se um país independente em 20 de maio de 2002, marcando o fim de um processo de três anos para a independência sob a orientação das Nações Unidas. Nesse dia, o Conselho de Segurança estabeleceu a UNMISSET para prestar assistência ao Timor-Leste durante um período de dois anos até que todas as responsabilidades operacionais fossem totalmente devolvidas às autoridades do novo País. Posteriormente, o Conselho prorrogou o mandato da missão por mais um ano para permitir que a nova nação, que havia mudado seu nome para Timor-Leste, alcançasse a auto-suficiência. A UNMISSET completou com sucesso o seu mandato a 20 de Maio de 2005. Os contingentes militares que estavam servindo a UNTAET foram transferidos para a UNMISSET. Em 2004, o efetivo da tropa passou de 70 para 125 militares.
33	Mai 03 - Abr 04	<b>MINUCI (Costa do Marfim)</b>	1	3	0	0	Tendo determinado que a situação na Costa do Marfim constituía uma ameaça à paz e segurança internacionais na região, o Conselho de Segurança criou, em 13 de Maio de 2003, uma missão política - MINUCI - para facilitar a implementação, pelas partes da Costa do Marfim, de um acordo assinado por eles (o Acordo de Linas-Marcoussis) e para complementar as operações da força de paz da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental e tropas francesas. Em 4 de abril de 2004, a MINUCI foi substituída por uma operação de manutenção da paz da ONU - a Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI). O Brasil participou com militares exercendo funções de oficiais de ligação.
34	Mai 03 - Jan 14	<b>MARMINAS (Equador e Peru)</b>	18	31	0	0	Com o intuito de enfrentar o problema das minas que passaram a afligir as populações nativas, a OEA e a JID, com base na experiência da MARMINCA, lançaram a Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS), cuja missão foi proporcionar ao Equador e Peru assistência técnica e treinamento, com o propósito de certificar as áreas, operações e padrões de segurança, de acordo com as Normas Internacionais de Desminagem Humanitária. O Brasil participou da Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS) com supervisores de desminagem.
35	Nov 03 - Jan 09	<b>UNMIK (Kosovo)</b>	0	0	0	11	Originalmente, o Conselho de Segurança, por sua resolução 1244, de 10 de junho de 1999, autorizou o Secretário-Geral a estabelecer uma presença civil internacional em Kosovo – a Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK) – a fim de fornecer uma administração provisória para Kosovo em que o povo do Kosovo pudesse gozar de uma autonomia substancial. Sua tarefa era sem precedentes em complexidade e escopo; o Conselho atribuiu à UNMIK autoridade sobre o território e o povo do Kosovo, incluindo todos os poderes legislativos e executivos e a administração do judiciário. Na sequência da declaração de independência das autoridades do Kosovo e da entrada em vigor de uma nova Constituição em Junho de 2008, as tarefas da Missão foram significativamente alteradas para se centrarem principalmente na promoção da segurança, estabilidade e respeito pelos direitos humanos na Kosovo.
36	Abr 04 - Jun 17	<b>UNOCI (Costa do Marfim)</b>	23	63	12	0	O Conselho de Segurança, por meio da resolução 1528, de 27 de fevereiro de 2004, estabeleceu, a partir de 4 de abril de 2004, a Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI). Seu mandato visava facilitar a implementação, pelas partes costamarfinesas, do acordo de paz assinado em Janeiro de 2003. Após as eleições presidenciais de 2010 e, a conseqüente crise política, a UNOCI manteve-se no terreno para proteger os civis, prestar bons ofícios, apoiar o Governo no desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de antigos combatentes, bem como monitorar e promover os direitos humanos. A participação brasileira iniciou-se na MINUCI, com observadores militares da ONU e, com a criação da Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI), em abril de 2004, houve o prosseguimento dessa missão com observadores militares e oficiais de Estado-Maior.

ORD	ANO/PERÍODO	MISSÃO	MB	EB	FAB	PM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA
37	Mai 04 - Out 17	<b>MINUSTAH (Haiti)</b>	6.335	30.553	438	52	A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi estabelecida em 1º de junho de 2004, pela Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU, para restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que culminaram com a partida do então presidente, Jean Bertrand Aristide, para o exílio. A presença da MINUSTAH assegurou a realização de eleições presidenciais em 2006 e 2010, com passagem pacífica do poder. A missão da ONU também atuou no esforço de reconstrução do Haiti após o terremoto devastador de janeiro de 2010 que resultou em mais de 220.000 mortes (segundo dados do governo haitiano), incluindo 96 soldados da paz da ONU. O Brasil comandou as forças de paz no Haiti, que teve a participação de tropas de diversos outros países. Em abril de 2017, o Conselho decidiu na resolução 2350 (2017) que a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) seria encerrada em 15 de outubro de 2017, fazendo a transição para uma missão de manutenção da paz de acompanhamento menor, que apoiaria os esforços do governo para fortalecer o regime de paz, instituições jurídicas, desenvolver ainda mais a Polícia Nacional do Haiti e envolver-se no monitoramento, relatórios e análises de direitos humanos. A contribuição brasileira foi de um Batalhão de Infantaria - composto por uma Cia Ap, 3 Cia Fuz, 1 Esqd C Mec e 01 GptOpFuzNav - e uma Companhia de Engenharia, além de oficiais de estado-maior da MINUSTAH. Participaram, também, policiais militares dos Estados da Federação como International Police Officer (IPO).
38	2004 - 2009	<b>UNOGBIS (Guiné-Bissau)</b>	0	3	0	0	As Nações Unidas criaram o Escritório das Nações Unidas de Apoio à paz na Guiné Bissau (UNOGBIS), por meio da resolução nº 1233 de abril de 1999, após o conflito ocorrido no período de 1998 a 1999. A missão da UNOGBIS foi estabelecida para facilitar as eleições gerais na Guiné-Bissau, bem como para ajudar na implementação do Acordo de Abuja de 26 de Agosto de 1998. Após a destituição do Presidente em 7 de Maio de 1999, o UNOGBIS foi ajustado para acomodar a mudança de circunstâncias no terreno, para ajudar nos esforços de reconciliação nacional, para criar um ambiente estável que permitisse eleições livres e para promover medidas de reforço da confiança. O Brasil esteve presente na missão no período de 2004 a 2009 com coronéis do exército exercendo a função de Conselheiro Militar.
39	Nov 04 - Mar 18	<b>UNMIL (Libéria)</b>	5	25	9	0	A Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) foi estabelecida pela resolução 1509 (2003) do Conselho de Segurança, de 19 de setembro de 2003, para apoiar a implementação do acordo de cessar-fogo e o processo de paz; proteger o pessoal, as instalações e os civis das Nações Unidas; apoiar atividades humanitárias e de direitos humanos; bem como auxiliar na reforma da segurança nacional, incluindo o treinamento da polícia nacional e a formação de um novo exército reestruturado. O Brasil apoiou a referida missão com Observadores Militares e <i>Staff Officers</i> .
40	Mai 05 - Jul 11	<b>UNMIS (Sudão)</b>	8	129	11	12	O Conselho de Segurança, por sua resolução 1590 (2005) de 24 de março de 2005, decidiu estabelecer a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) para apoiar a implementação do Acordo de Paz Abrangente assinado pelo Governo do Sudão e o Movimento/Exército de Libertação Popular do Sudão em 9 de janeiro de 2005; e desempenhar determinadas funções relacionadas com a assistência humanitária e a proteção e promoção dos direitos humanos. A UNMIS trouxe boas práticas e apoio político às partes, monitorou e verificou seus acordos de segurança e auxiliou em várias outras áreas, incluindo governança, recuperação e desenvolvimento. O Brasil iniciou sua participação com o envio, em maio de 2005, de Observadores Militares.
41	Mai 05 - Ago 06	<b>UNOTIL (Timor Leste)</b>	1	1	0	3	O Escritório das Nações Unidas no Timor-Leste (UNOTIL) foi estabelecido em 28 de abril de 2005, como uma missão política de acompanhamento da Missão de Apoio das Nações Unidas em Timor Leste (UNMISSET). A UNOTIL foi mandatada para apoiar o desenvolvimento de instituições críticas do Estado, para apoiar o desenvolvimento da polícia e da Unidade de Patrulhamento de Fronteiras, para fornecer treinamento em observância da governança democrática e direitos humanos e para monitorar e revisar o progresso das tarefas desenvolvidas. O mandato da UNOTIL expirou em 25 de agosto de 2006, quando foi substituído pela Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT). O Brasil apoiou a referida missão com Observadores Militares.
42	Ago 06 - Dez 12	<b>UNMIT (Timor Leste)</b>	9	8	6	49	Operação multidimensional e integrada de manutenção da paz da ONU (UNMIT) foi estabelecida pela resolução 1704 do Conselho de Segurança, de 25 de agosto de 2006, na sequência de uma grande crise política, humanitária e de segurança que eclodiu no Timor-Leste em abril-maio de 2006. Entre outras coisas, a UNMIT foi mandatada para apoiar o Governo na "consolidação da estabilidade, no reforço de uma cultura de governação democrática e na facilitação do diálogo político entre as partes interessadas timorenses, nos seus esforços para promover um processo de reconciliação nacional e promover a coesão social". O Brasil apoiou a referida missão com Observadores Militares.
43	Desde Mar 06	<b>Grupo Desminagem GMI-CO (Colômbia)</b>	14	45	0	0	A Colômbia vive assolada por conflitos internos desde a década de 1960 e um subproduto desses conflitos é a elevada incidência das minas antipessoais, artefatos explosivos improvisados (AEI) e engenhos de munição falhados. A OEA manteve um Grupo de Monitores Interamericanos na Colômbia (GMI-CO), que começou a operar em 2005 com pessoal oriundo da MARMINAS. O GMI-CO tem atuado em conjunto com as Forças Militares da Colômbia, realizando o treinamento dos pelotões de Desminagem Humanitária (DH) e dos supervisores nacionais, a certificação e o controle de qualidade do processo de DH, contribuindo assim, para a destruição de minas terrestres e artefatos explosivos improvisados, desde o início do projeto em 2005. O Brasil vem participando com monitores internacionais de desminagem.
44	Set 06 - 2008	<b>UNMEE (Eritreia – Etiópia)</b>	1	10	4	0	Em junho de 2000, após dois anos de luta em uma disputa de fronteira, a Etiópia e a Eritreia assinaram um acordo de cessação de hostilidades após negociações lideradas pela Argélia e pela Organização da Unidade Africana. Em julho, o Conselho de Segurança (CS) criou a UNMEE para manter a ligação com as partes e estabelecer um mecanismo para verificar o cessar-fogo. Em setembro de 2000, o Conselho autorizou a UNMEE a monitorar a cessação das hostilidades e ajudar a garantir o cumprimento dos compromissos de segurança. Em julho de 2008, o CS encerrou o mandato da UNMEE. A decisão do Conselho veio em resposta às restrições incapacitantes impostas pela Eritreia à UNMEE, bem como ao corte do abastecimento de combustível – impossibilitando a operação de continuar a desempenhar as suas tarefas mandatadas colocando em risco a segurança do pessoal da ONU. O Brasil participou com Observadores Militares na Etiópia – Eritreia.

ORD	ANO/PERÍODO	MISSÃO	MB	EB	FAB	PM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA
45	2007 - 2011	<b>UNOWA (Senegal)</b>	0	2	0	0	O Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental (UNOWA) foi autorizado pelo Conselho de Segurança em novembro de 2001 por meio de uma troca de cartas entre o Secretário-Geral e o Presidente do Conselho de Segurança, para melhor abordar o impacto transfronteiriço do conflito no Oeste da África e harmonizar as atividades das Nações Unidas na sub-região. O mandato do UNOWA concentrou-se em uma série de prioridades: encorajar os esforços de recuperação nos países afetados pela crise, consolidar a boa governança e o estado de direito, promover os direitos humanos e a integração de gênero e aumentar a conscientização sobre a necessidade imperiosa de crescimento econômico e justa distribuição de riquezas. O Brasil participou com Conselheiros Militares.
46	Jan 07 - Dez 10	<b>UNMIN (Nepal)</b>	12	12	2	0	A Missão das Nações Unidas no Nepal (UNMIN) foi estabelecida pelo Conselho de Segurança em janeiro de 2007 através da adoção da resolução 1740 a pedido do Governo do Nepal, para auxiliar na criação de um ambiente livre e justo para a eleição de uma Assembleia Constituinte, bem como facilitar o processo de paz entre o Exército do Nepal e o Exército do Partido Comunista do Nepal (Maoístas). UNMIN foi encerrado em janeiro de 2011. O Brasil participou com Observadores Militares no Nepal.
47	Desde Dez 07	<b>MINURSO (Saara Ocidental)</b>	31	102	31	0	A Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental (MINURSO) foi criada pela Resolução nº 690 do Conselho de Segurança (CS) de 29 Abr 1991, de acordo com as propostas definidas em 1998 pelo Marrocos e pela Frente Popular para a Libertação de Saguia el-Hamra e Rio de Oro (Frente POLISARIO). O plano estabelecido, conforme aprovado pelo CS, definiu um período de transição de preparação para a realização de um referendo em que o povo do Sahara Ocidental escolheria entre a independência e a integração com o Marrocos. O Representante Especial do Secretário-Geral tem a responsabilidade única e exclusiva para assuntos relacionados com o referendo, sendo assistido nas suas funções por um grupo constituído por civis, militares e policiais civis que integram a MINURSO. Em abril de 2016, o CS adotou a resolução 2285, conclamando as partes em conflito a continuarem demonstrando vontade política para entrar em uma fase de negociações mais intensa e substantiva. O Brasil vem apoiando a referida missão com Observadores Militares.
48	Ago 08 - Ago 10	<b>MINURCAT (Chade e RCA)</b>	2	4	1	0	A Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e Chade (MINURCAT) foi estabelecida pela resolução 1778 do Conselho de Segurança (CS), em 25 de setembro de 2007, a fim de contribuir para a proteção de civis; promover os direitos humanos e o estado de direito; e promover a paz regional. A Missão completou seu mandato em dezembro de 2010, de acordo com a resolução 1923, do CS e a pedido do Governo do Chade, que havia assumido total responsabilidade pela proteção de civis em seu território. O Brasil participou com Observadores Militares.
49	2009 - 2020	<b>UNIOGBIS (Guiné-Bissau)</b>	0	6	1	11	O Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) foi estabelecido em 26 de junho de 2009 para suceder o UNOGBIS na assistência à Comissão de Consolidação da Paz em seu envolvimento multidimensional com a Guiné-Bissau, bem como no reforço da cooperação com a União Africana, a CEDEAO, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a União Europeia e outros parceiros nos esforços para contribuir para a estabilização da Guiné-Bissau. Pela resolução 2512 (2020), o Conselho de Segurança estendeu o mandato do UNIOGBIS por um período final até 31 de dezembro de 2020. Teve a tarefa de promover a estabilidade do país.
50	Desde Jan 11	<b>UNIFIL (Líbano)</b>	4.211	122	2	0	Originalmente, a UNIFIL foi criada pelo Conselho de Segurança (CS) em março 1978 para confirmar a retirada de Israel do Líbano, restaurar a paz e segurança internacional e ajudar o Governo libanês a restaurar a sua autoridade efetiva na área. Após a crise de JUL/AGO de 2006, o CS aumentou a força e decidiu que, além do inicialmente estabelecido no mandato: monitoramento do fim das hostilidades; acompanhamento e apoio às forças armadas libanesas na sua implantação ao sul do Líbano; e extensão da assistência para ajudar a garantir o acesso humanitário às populações civis e o retorno seguro e voluntário dos deslocados. Até os dias de hoje é a única Missão de Manutenção da Paz que apresenta um componente naval em sua estrutura. A Marinha do Brasil teve participação por mais de uma década com seus navios. O Brasil vem apoiando a referida missão com integrantes do Estado-Maior, observadores e policiais militares dos Estados da Federação como International Police Officer (IPO).
51	Desde Jul 11	<b>UNMISS (Sudão do Sul)</b>	14	99	30	45	Em 09 de julho de 2011, o Sudão do Sul tornou-se o mais novo país do mundo. O nascimento da República do Sudão do Sul foi o resultado de um processo de paz de seis anos que começou com a assinatura do Acordo de Paz Global (CPA), em 2005. Ao adotar a Resolução 1996/2011, em 08 Jul 11, o Conselho de Segurança (CS) entendeu que a situação enfrentada pelo Sudão do Sul continuava a constituir uma ameaça à paz e segurança internacionais na região. Assim, foi estabelecida a Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS) destinada à consolidação da paz e segurança, além de proporcionar as condições para o estabelecimento necessários ao desenvolvimento. Na sequência a uma crise que eclodiu no Sudão do Sul em dezembro de 2013, o CS, por meio da sua Resolução 2155 (2014), de 27 Maio 14, reforçou a UNMISS e priorizou seu mandato para as tarefas de proteção de civis, monitoramento dos Direitos Humanos e apoio às ações de assistência humanitária, visando a implementação do Acordo para cessar as hostilidades. O Brasil vem apoiando a referida missão com observadores militares e oficiais de estado-maior. Participam, também, policiais militares dos Estados da Federação como International Police Officer (IPO).
52	Desde Jun 11	<b>UNISFA (Abyei)</b>	18	8	13	0	O Conselho de Segurança (CS), por sua resolução 1990 de 27 de junho de 2011, respondeu à situação urgente na região de Abyei, no Sudão, estabelecendo a Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA). O Conselho de Segurança estava profundamente preocupado com a violência, a escalada das tensões e o deslocamento da população. A operação foi encarregada de monitorar a fronteira entre o norte e o sul e facilitar a entrega de ajuda humanitária, e está autorizada a usar a força para proteger civis e trabalhadores humanitários em Abyei. O estabelecimento da UNISFA ocorreu depois que o Governo do Sudão e o Movimento de Libertação Popular do Sudão (SPLM) chegaram a um acordo em Adis Abeba, na Etiópia, para desmilitarizar Abyei e permitir que as tropas etíopes monitorassem a área. O Brasil vem apoiando a referida missão com Observadores Militares.

42	ANO/PERÍODO	MISSÃO	MB	EB	FAB	PM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA
53	Jun 11 - Dec 20	<b>UNAMID (Sudão)</b>	3	5	1	8	A União Africana - Operação Híbrida das Nações Unidas em Darfur, referida pela sigla UNAMID, foi criada em 31 de julho de 2007 com a adoção da resolução 1769 do Conselho de Segurança (CS). A UNAMID teve a proteção de civis como seu principal mandato, mas também teve a tarefa de contribuir com a segurança para a assistência humanitária, monitorando e verificando a implementação de acordos, auxiliando um processo político inclusivo, contribuindo para a promoção dos direitos humanos e do Estado de direito, e monitorando e informando sobre a situação ao longo das fronteiras com o Chade e a República Centro-Africana. Em junho de 2017, a Resolução 2363 (2017) foi adotada pelo CS que, além de renovar o mandato da missão, decidiu reduzir as tropas e forças policiais da UNAMID ao longo do ano seguinte acompanhando de perto a situação no terreno. A UNAMID encerrou suas atividades em 31 de dezembro de 2020. Em JUL11, o Brasil contribuiu com 3 militares que, com o término da UNMIS, foram realocados provisoriamente para a UNAMID. A partir de AGO17 o Brasil desdobrou 3 militares, sendo que, por ocasião do término da Mis Paz apoiava com efetivo de 1 militar.
54	Mai - Ago 12	<b>UNSMIS (Siria)</b>	3	5	3	0	Estabelecido pela resolução 2043 do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas, de 21 de abril de 2012, inicialmente por um período de 90 dias, para monitorar a cessação da violência armada em todas as suas formas por todas as partes e para monitorar e apoiar a implementação dos planos para acabar com o conflito na Síria. Após uma relativa calma inicial, as hostilidades na Síria foram retomadas e, em 15 de junho de 2012, a UNSMIS teve que suspender suas atividades devido à intensificação da violência armada em todo o país. Em 20 de julho de 2012, o CS prorrogou a missão por 30 dias e disse que qualquer outra extensão só seria possível "no caso de o Secretário-Geral informar e o CS confirmar a cessação do uso de armas pesadas e uma redução do nível de violência por todos os lados" para permitir que os monitores da UNSMIS cumprissem suas tarefas. Como essas condições não foram cumpridas, o mandato da UNSMIS terminou à meia-noite de 19 de agosto de 2012. O Brasil apoiou a referida missão com Observadores Militares.
55	Desde Jul 13	<b>MONUSCO (RDC)</b>	7	140	14	0	A MONUSCO substituiu uma operação anterior de manutenção da paz da ONU – a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) – em julho de 2010. Isso foi feito de acordo com a resolução 1925 do Conselho de Segurança de 28 de maio para refletir a nova fase alcançada no país. A nova missão foi autorizada a utilizar todos os meios necessários para cumprir o seu mandato relativo, entre outras coisas, à proteção de civis, pessoal humanitário e defensores dos direitos humanos sob ameaça iminente de violência física e apoiar o Governo da RDC nos seus esforços de estabilização e consolidação da paz.. O Brasil liderou a missão com o Gen Santos Cruz como Force Commander (FC) no período de Jul 13 a dez 15 quando foi instituída a Force Intervention Brigade (FIB) de modo a permitir a Mis Paz uma resposta mais contundente diante do recrudescimento das ameaças dos grupos armados no leste da RDC. Desde 2019, o cargo de Force Commander da missão vem sendo ocupado, reiteradamente, por generais brasileiros, mesmo período em que há uma Equipe Móvel de Treinamento (EMT) desdobrada, com a função de difundir conhecimentos de Operações em Ambiente de Selva para as tropas constituintes da MONUSCO.
56	Desde Abr 14	<b>MINUSCA (RCA)</b>	20	60	14	8	Preocupado com a crise de segurança, humanitária, de direitos humanos e política na República Centro-Africana e suas implicações regionais, o Conselho de Segurança (CS) autorizou, em 10 de abril de 2014, a implantação de uma operação multidimensional de manutenção da paz das Nações Unidas – MINUSCA – com a proteção de civis como sua prioridade máxima. Suas tarefas incluem o apoio ao processo de transição; facilitar a assistência humanitária; promoção e proteção dos direitos humanos; apoio à justiça e ao Estado de direito; e processos de desarmamento, desmobilização e reintegração. O Brasil vem apoiando a referida missão com Observadores Militares, Oficiais de Estado-Maior ( <i>Staff Officers</i> ) e Policiais.
57	Jan 15 - Fev 18	<b>ABBC (Colômbia)</b>	26	56	0	2	Acordo Bilateral entre Brasil e Colômbia sobre Desminagem Humanitária destinou-se a atender à solicitação colombiana de aumento da participação brasileira no apoio à Desminagem Humanitária, por meio de acordo bilateral. Inicialmente firmado entre a Marinha do Brasil e a Armada Colombiana em 2015 e 2016, sendo posteriormente compreendidos os exércitos de ambos os países até evoluir para a MIADH em 2018.
58	Desde Jan 15	<b>GATI-CO (Colômbia)</b>	11	11	0	2	O Grupo de Assesores Técnicos Interamericanos na Colômbia (GATI-CO) foi criado a partir do Acordo de Cooperação e Assistência Técnica entre o Comando Geral das Forças Militares (CGFM) da Colômbia e a Junta Interamericana de Defesa (JID), que hoje faz parte da Organização dos Estados Americanos. O acordo, assinado em 7 de janeiro de 2015, visa capacitar os militares das Forças Militares colombianas, a fim de assegurar o cumprimento da gestão de qualidade nas operações de desminagem humanitária, com base nos padrões internacionais, normas nacionais e procedimentos operacionais adotados no país. A missão do grupo teve início em 15 de junho de 2015. O Brasil tem enviado militares para cumprir missão pelo período de um ano no GATI-CO desde o início.
59	Out 17 - Jul 18	<b>MINUJUSTH (Haiti)</b>	0	0	0	1	O mandato da Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH) foi estabelecido na Resolução 2350 (2017) do Conselho de Segurança (CS), adotada em 13 de abril de 2017. Ela previa o estabelecimento de uma missão de paz no Haiti que começaria após a conclusão do mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). A Missão foi estabelecida por um período inicial de seis meses, de outubro de 2017 a abril de 2018. A MINUJUSTH ajudou o Governo do Haiti a desenvolver ainda mais a Polícia Nacional Haitiana (PNH); fortalecer as instituições do Estado de direito, incluindo a justiça e as prisões; e promover e proteger os direitos humanos - tudo com o objetivo de melhorar a vida cotidiana do povo haitiano.
60	Desde Fev 18	<b>MIADH (Colômbia)</b>	18	39	0	0	O Ministério da Defesa da Colômbia reconheceu a efetividade do trabalho de cooperação internacional realizado por militares brasileiros para a remoção de minas antipessoais e artefatos explosivos na Colômbia, que é realizada por meio da Missão de Instrutores e Assesores em Desminagem Humanitária (MIADH), coordenada pelo Ministério da Defesa desde 2018. Cabe destacar que a MIADH é decorrente da ABBC.

ORD	ANO/PERÍODO	MISSÃO	MB	EB	FAB	PM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA
61	Desde Jul 19	UNMHA (Yemen)	1	2	0	1	A Missão das Nações Unidas para apoiar o Acordo de Hodeidah (UNMHA) foi estabelecida pela resolução 2452 (2019) e previa o acompanhamento das operações de cessar-fogo e de reposicionamento mútuo das forças na cidade de Hodeidah e nos portos de Hodeidah, Salif e Ras Issa, desempenhando um papel de liderança no apoio do Yêmen Red Sea Ports Corporation na gestão e inspeções dos portos de Hodeidah, Salif e Ras Issa, e fortalecimento da presença das Nações Unidas nessas localidades.
62	Desde Mai 22	UNSOM (Somália)	0	0	0	3	A Missão de Assistência da ONU na Somália (UNSOM), estabelecida pelo DPPA desde 2013, tem como objetivos colaborar com o Governo da Somália, apoiar a reconciliação nacional, fornecer aconselhamento estratégico e político, monitorar direitos humanos e coordenar esforços internacionais. A participação brasileira na UNSOM iniciou-se em maio de 2022, com policiais designados, como UNPOL, para a missão. A Somália enfrenta desafios significativos, especialmente em áreas como segurança, governança e recuperação econômica. A UNSOM tem auxiliado na melhoria da situação de segurança, incluindo a transição da Missão da União Africana na Somália (AMISOM) para as forças de segurança somalis, além de impulsionar reformas nos setores de segurança e justiça.
63	Jun 22 - Maio 23	UNTAMS (Sudão)	0	1	0	0	A Missão Integrada de Assistência à Transição das Nações Unidas no Sudão (UNITAMS) foi estabelecida pela Resolução 2524 do Conselho de Segurança em 3 de junho de 2020. Com sede em Cartum, a missão tem como principal objetivo apoiar a transição democrática do Sudão. Seu mandato abrange assistência na transição política, promoção da governança democrática, proteção dos direitos humanos, promoção da paz sustentável, apoio a processos de paz e implementação de acordos de paz, além de facilitar a proteção de civis e prestar assistência humanitária. Uma oficial brasileira foi destacada em junho de 2022 como oficial de Comunicação ( <i>Reporting Officer</i> ), marcando a primeira designação do Brasil para a missão.
64	Fev 23 - Dez 23	MINUSMA (Mali)	0	0	1	0	A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA) foi estabelecida com base na Resolução 2100 do Conselho de Segurança das Nações Unidas em abril de 2013. A missão tem como objetivo apoiar o processo político, realizar atividades de estabilização em segurança, proteger civis, monitorar os direitos humanos, facilitar a entrega de ajuda humanitária, fortalecer a autoridade estatal e preparar o país para eleições livres e pacíficas. A participação brasileira na MINUSMA, foi iniciada com a designação de uma oficial de logística em fevereiro de 2023, contribuindo assim, para os esforços internacionais de estabilização e segurança no Mali.
Quantidade de Desdobrados			12.509	45.540	859	474	59.382
Força de Origem			MB	EB	FAB	PM	
Percentual de participação em Op Paz das FS			21,1%	76,7%	1,4%	0,8%	Atualizado até 30 de junho de 2024 .

## LEGENDAS:

Missões	Qtd	Efetivo Desdobrado
DPO/ONU	42	55.345
DPPA/ONU	11	73
OEA	4	3.578
Outras	7	386
<b>TOTAL</b>	<b>64</b>	<b>59.382</b>

Fonte: Dados da Subchefia de Operações Internacionais CHOC/EMCFA/Ministério da Defesa acessível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy\\_of\\_missoes-de-paz](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz)